

A CPLP como instrumento de
Política Externa Brasileira
e de desenvolvimento para os PALOP

*Caio Augusto Oliveira**

RESUMO: O artigo busca analisar se a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) pode se encaixar como um instrumento de Política Externa Brasileira e se as iniciativas brasileiras realizadas dentro da organização podem contribuir para o desenvolvimento dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Projeta-se alcançar esses questionamentos gerais através de alguns objetivos específicos, como entender o que é a CPLP, analisar como ela se encaixa nos modelos de governo de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva e, por fim, analisar como as iniciativas dessa comunidade contribuem para o desenvolvimento dos PALOP.

PALAVRAS-CHAVE: CPL. PALOP. Política Externa Brasileira. Lula. FHC.

* Aluno de Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). E-mail: caio_oli@yahoo.com.br

1 Introdução

Dentre as várias possibilidades de integração e de inserção na arena mundial que o Brasil dispõe, esse artigo se propõe a analisar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Buscou-se tentar enxergar e encaixar a CPLP como um instrumento de Política Externa Brasileira que corrobora para alcançar os objetivos dos governos brasileiros desde o período em que foi criada, configurando essa a hipótese do presente trabalho.

Os objetivos específicos podem ser melhor analisados através do estudo dos tópicos nos quais esse artigo se divide. Inicialmente, objetivou-se entender o que é a CPLP. Dessa maneira, será estudado o processo que culminou com a sua criação através da aproximação entre os Estados-membros, principalmente de Brasil e de Portugal. Nesse tópico também será tratado como se dá o funcionamento da comunidade, quais seus órgãos e seus processos decisórios. Ainda, será feita breve exposição dos cargos de observador consultivo e associado e da recente adesão da Guiné Equatorial como membro pleno da organização.

No terceiro ponto, denominado a CPLP como instrumento de Política Externa Brasileira, busca-se analisar como ela se encaixa nos modelos de governo de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva, os primeiros Presidentes a governarem o país após a criação do órgão. Através do estudo de Irene Gala (2014) também se explicará como o Brasil atua por meio dos objetivos da organização, que são: a concertação político-diplomática, a cooperação e a promoção e difusão da língua portuguesa (CPLP, 2007, p. 1). Essa parte é encerrada com uma análise de como esses pontos podem ser utilizados para a atuação internacional brasileira, independente da ideologia do governo do país.

Por fim, o último item analisa como as iniciativas da CPLP contribuem para o desenvolvimento dos PALOP. Isso será feito expondo algumas realizações brasileiras na órbita da CPLP, e também de maneira bilateral, em cada país especificamente, bem como em projetos de contexto mais global, mas que ainda colaboram para o desenvolvimento destes Estados. Em suma, analisa-se como estas realizações realmente contribuem para a evolução dos países.

Este estudo foi realizado através da revisão bibliográfica de artigos de cará-

ter variável sobre a CPLP, bem como documentos, resoluções da CPLP e publicações de agências governamentais, a exemplo da Agência Brasileira de Cooperação. Entende-se aqui que o estudo é importante ao analisar um órgão multilateral no qual o Brasil é um dos membros mais fortes – se não o mais – e que propicia várias oportunidades de atuação, desde a possibilidade de exercício de influência brasileira em algumas áreas do continente africano, bem como o apoio desses países nas reivindicações brasileiras em órgãos universais, traduzidos em votos. Entendemos que a comunidade ainda irá se desenvolver e se fortalecer e, desse modo, é importante para o Brasil compreender o papel da organização na consecução de seus objetivos de política externa. Também não se pode esquecer os benefícios que a organização e a cooperação brasileira provocam nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

2 A CPLP

As raízes motivadoras para a criação de uma comunidade lusófona são antigas, remetendo aos tempos do colonialismo brasileiro e africano. Pode-se dizer que o desejo para efetivamente criar-se a CPLP começou com o papel desempenhado por José Aparecido de Oliveira, no final da década de 1980, que culminou com a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) (DA MOTA, 2009). Porém, é necessário analisar as anteriores aproximações que existiram entre os países lusófonos – principalmente Brasil e Portugal – para entender como surgiu o pensamento de aproximação, quais dificuldades ele enfrentou e no que estava baseado.

O primeiro passo de uma aproximação mais efetiva entre os territórios lusófonos ocorreu com Dom João VI, quando foi criada a Comunidade Luso-Brasileira que vinculava Portugal à suas colônias na África e ao Brasil. Avançando para o ano de 1953, constata-se a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta entre Portugal e Brasil. Dentre outras resoluções, firmou-se a consulta entre os governos sobre assuntos internacionais de interesse comum, além da livre circulação e estabelecimento de portugueses e brasileiros nos dois países (DA MOTA, 2009). Ainda na década de 1950 é interessante notar os trabalhos de Gilberto Freire, que começou a trazer a África para o debate, mostrando sua importância para as duas

grandes nações luso-tropicais:

[...] é preciso que nem os portugueses nem os brasileiros responsáveis pelos destinos das duas grandes nações luso-tropicais de hoje se deixem envolver por alguma retardaria ou arcaica mística arianística, antes se entreguem com uma audácia cada dia maior à aventura de se desenvolverem em povos de cor, para neles em gentes mestiças, e não apenas em brancas, sobreviverem os melhores valores portugueses (...) num mundo porventura mais livre de preconceitos de raça. Da lusofobia à lusofonia de casta e de classe que o actual (FREIRE, 1994, apud IMPERIAL, 2006, p. 22).

Ressurgia a proposta de criação de uma comunidade formada por Brasil e Portugal em um período marcado por eleições no último Estado, o que demonstrava ser possível alguma abertura do regime ditatorial vivido em Lisboa. Contudo, as eleições foram fraudulentas e o vencedor foi o candidato apoiado por Salazar (DA MOTA, 2009, p. 32). Na prática, isso significou a continuação da repressão para com as colônias portuguesas, inviabilizando qualquer possibilidade de autonomia por parte delas durante um período em que o cenário internacional se mostrava bastante crítico em relação ao colonialismo, incluindo o Brasil (DA MOTA, 2009, p. 32). Essa postura fica bem evidente com a fala de Afonso Arinos, à época Embaixador brasileiro na Organização das Nações Unidas (ONU), na XVI Assembleia Geral da Organização, em 15 de Janeiro de 1962. Em sua fala, afirmou que o Brasil se manteria fiel à sua história de ex-colônia e arcaria com o compromisso de ter votado a favor da eliminação do colonialismo no mundo todo (DA MOTA, 2009). A resposta portuguesa foi a proposição da “criação de uma comunidade luso-brasileira que fosse vantajosa para o Brasil no que tange a questões econômicas e políticas” (DA MOTA, 2009, p. 33).

O Brasil insistiu na solução da situação das colônias e propôs um referendo, no qual os países africanos analisariam a formação dessa comunidade. Se fosse aceita, as colônias deveriam integrá-la e receber maior autonomia. Salazar, no entanto, recusou a proposta brasileira (DA MOTA, 2009). Durante o governo do Presidente Castelo Branco foram sugeridas a “autonomia das colônias portuguesas e a criação de uma comunidade luso-afro-brasileira nos moldes da já criada Commonwealth” (DA MOTA, 2009, p. 33). Outra importante manifestação na direção da criação de uma comunidade lusófona foi dada pelo intelectual e po-

lítico português Adriano Moreira. Ele provocou a realização dos Congressos das Comunidades de Cultura Portuguesa, com o objetivo de dar voz para a sociedade civil transnacional. Contudo, a censura existente em Portugal não permitiu que as atividades se desenvolvessem (DA MOTA, 2009).

Os anos de 1980 foram essenciais para a criação da CPLP, pois surgiram sinais de verdadeiro interesse em se institucionalizar uma comunidade lusófona, a exemplo do posicionamento favorável do ministro português Jaime Gama e pela insistência de assuntos como o acordo ortográfico. Desse modo, em 1989, José Aparecido Oliveira, que nesse momento era ministro da cultura, levou adiante seu desejo da criação da comunidade lusófona e viajou para todos os países de língua portuguesa, divulgando seu projeto. Em Novembro de 1989 na cidade de São Luís do Maranhão, Brasil, ocorreu o primeiro encontro dos Chefes de Estado e Governo dos países lusófonos, culminando com a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) (IMPERIAL, 2006). Seu objetivo era o de difundir, defender e “preservar a língua portuguesa como o patrimônio de todos os países e povos que a utilizam como língua oficial ou materna” (IMPERIAL, 2006, p. 23).

Depois de atuar como embaixador do Brasil em Portugal, dedicando-se exclusivamente à missão da criação da comunidade lusófona, José Aparecido passou a exercer o cargo de Ministro das Relações Exteriores e propôs ao presidente Itamar Franco que, enfim, a criasse. Em Fevereiro de 1994, os Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores, reunidos em Brasília, acordaram em recomendar aos seus governos que realizassem uma Conferência de Chefes de Estados e Governos para que criassem a CPLP. A CPLP nasceu dois anos depois, em 17 de julho de 1996, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, na I Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa, em Lisboa, e lá instituiu sua sede (DA MOTA, 2009; IMPERIAL, 2006).

Os Estados fundadores da CPLP foram: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. “Em 2002, na Cimeira de Brasília, Timor-Leste foi admitido como o oitavo membro da Organização” (IMPERIAL, 2006, p. 24). Seus objetivos são:

A concertação político-diplomática entre seus estados membros, nomea-

damente para o reforço da sua presença no cenário internacional; a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; a materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa (CPLP, 2007, p. 1)

Os princípios da Comunidade podem ser resumidos em: igualdade soberana dos Estados membros; não ingerência nos assuntos internos de cada estado; respeito pela sua identidade nacional; reciprocidade de tratamento; primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social; respeito pela sua integridade territorial; promoção do desenvolvimento e promoção da cooperação mutuamente vantajosa (CPLP, 2007, p. 1). No momento da criação da CPLP foram constituídos quatro órgãos: a Conferência de Chefes de Estado e Governo, o Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores, o Comitê de Concertação Permanente e o Secretariado Executivo.

O primeiro é o órgão máximo da instituição, tem suas decisões tomadas por consenso, sendo vinculativas para todos os Estados Membros. Entre suas atribuições estão a definição dos objetivos e políticas gerais, a competência para criar outros órgãos e a eleição do Presidente para um cargo de dois anos. Suas reuniões são bienais (DA MOTA, 2009; IMPERIAL, 2006). O Conselho de Ministros, por sua vez, também tem suas decisões tomadas por consenso e sua presidência é rotativa, com duração de um ano. Entre suas competências estão: coordenar as atividades, supervisionar o funcionamento e o desenvolvimento da CPLP, aprovar o orçamento da organização e adotar e implementar políticas adequadas aos objetivos traçados (DA MOTA, 2009; IMPERIAL, 2006).

As reuniões do Comitê de Concertação Permanente são realizadas uma vez por mês, sendo coordenadas pelo representante do país que detém a presidência do Conselho de Ministros. É constituído por um representante de cada um dos Estados membros da CPLP, e compete a ele “acompanhar o cumprimento pelo Secretariado Executivo das decisões e recomendações emanadas dos outros órgãos da CPLP”, (CPLP, 2014, *online*) bem como “acompanhar as ações levadas a cabo pelo IILP, assegurando a sua concordância com a orientação política geral

da CPLP” (CPLP, 2014, *online*). Finalmente, o órgão com maior importância prática: a Secretaria Executiva. Ela é dirigida pelo secretário executivo, que é uma alta personalidade de algum Estado membro, eleito para um período de dois anos. Suas obrigações são implementar as decisões dos outros órgãos, planificar e assegurar a execução dos programas da CPLP e organizar e participar nas reuniões dos vários órgãos (DA MOTA, 2009; IMPERIAL, 2006).

Posteriormente, outros órgãos foram adicionados na estrutura da CPLP. Em 2002, durante a IV Cimeira de Chefes de Estado, foram acrescentadas as Reuniões Ministeriais Setoriais e a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação. À primeira cabe coordenar, ao nível ministerial ou equivalente, as ações de concertação e cooperação em diversos setores governamentais dos Estados (CPLP, 2016c); e à segunda, assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade (CPLP, 2016b). Durante o X Conselho de Ministros, realizado em Luanda em 2005, foi integrado o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (CPLP, 2014, *online*). Em 2007, pelo XII Conselho de Ministros realizado em Lisboa, foi estabelecida a Assembleia Parlamentar, que reúne as representações dos Parlamntos dos Estados Membros com base nos resultados das eleições legislativas destes países (CPLP, 2016a).

No Conselho de Ministros de 2005 também foram estabelecidas as categorias de observador associado e observador consultivo. Para um Estado adquirir o status de observador associado deve compartilhar dos princípios orientadores da organização, principalmente naquilo que se refere à promoção das práticas democráticas, à boa governança e o respeito aos direitos humanos. Com esse status, ganha o direito de participar das Cimeiras de Chefes de Estados e no Conselho de Ministros, sem direito a voto e de apresentar comunicações, desde que autorizado. Atualmente são observadores associados: Geórgia, Ilha Maurício, Japão, Namíbia, Senegal e Turquia (CPLP, 2014).

Em 2016, 62 entidades da sociedade civil são observadores consultivos:

A categoria de Observador Consultivo pode ser atribuída a organizações da sociedade civil empenhadas nos objetivos prosseguidos pela CPLP, designadamente através do respectivo envolvimento em iniciativas relacionadas com ações específicas no âmbito da Organização (XIV..., 2009, p. 2).

Em 2006, a Guiné Equatorial obteve o status de observador associado da CPLP, porém essa entrada gerou divergências de opinião entre os Estados Membros. Isso ocorreu pois, como mostrado, para um Estado adquirir o status de observador consultivo, ele deve cumprir os princípios básicos e essenciais da organização, como a promoção das práticas democráticas (XIV..., 2009, p. 1). Contudo, o país é considerado um dos regimes “mais obscuros e fechados do mundo; a Guiné Equatorial é palco de violações sistemáticas dos direitos humanos, com prisões arbitrárias, julgamentos sumários, perseguições, torturas e limitações à liberdade de imprensa, expressão e manifestação” (PASSWORD, 2014, p. 6). Além disso, em Malabo vigorava a pena de morte, o que é expressamente proibido em todos os outros Estados Membros. A língua portuguesa foi adotada como idioma oficial do país em 2007, sendo aprovado pela Assembleia Nacional em 2011. Desde que se tornou observador, o Estado buscou fazer parte da CPLP como um membro pleno, tendo seu objetivo sido recusado nas Cimeiras de Luanda (2010) e Maputo (2012) (PASSWORD, 2014, p. 1).

As divergências vão além da simples conduta política do país, englobando fatores culturais, históricos, políticos, diplomáticos e econômicos. A Guiné Equatorial é o único país de fala espanhola na África Subsaariana, que “fica um pouco órfã diante dos outros grupos que se formaram – a maioria de colonização francesa ou inglesa – e tendeu a se aproximar da CPLP” (AMORIM apud CAMINO, 2013, p. 5). O grande opositor sempre foi Portugal, alegando que a Guiné não partilhava dos princípios da organização. Os motivos do apoio brasileiro – público desde 2010 – estão relacionados às questões diplomáticas. Dentre eles pode-se citar as visitas oficiais do ex-Presidente Lula e da atual Presidenta Dilma Rousseff; o fato de as empresas brasileiras estarem presentes no país (Petrobras, Odebrecht) e de o filho do Presidente da Guiné Equatorial, Vice-Presidente do país, possuir investimentos no setor imobiliário brasileiro; além da existência de diversos acordos bilaterais, nos domínios da agricultura, esporte, transportes, saúde, educação, petróleo, entre outros (PASSWORD, 2014). Ainda, “Brasília tem vindo a alegar que o fortalecimento das relações com Malabo poderia contribuir para promover a democracia no país” (PASSWORD, 2014, p. 7).

É necessário ponderar que o país é o terceiro maior produtor de petróleo da

África Subsaariana, depois de Nigéria e Angola, e que 90% do seu Produto Interno Bruto (PIB) é garantido pela extração de petróleo e gás natural. Desse modo, os fatores econômicos parecem ter sido preponderantes para a reviravolta na postura de Portugal sobre a entrada ou não de Malabo na CPLP (PASSWORD, 2014). Apesar de a mudança ter ocorrido logo após o anúncio da suspensão da pena de morte na Guiné, ela ocorreu também quando a Guiné Equatorial preparava-se para investir no capital acionário do Banif¹, que se encontrava em processo de recapitalização (PASSWORD, 2014, p. 8). Com o apoio de Portugal, a Guiné Equatorial foi aceita como membro da CPLP durante a X Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Díli, Timor-Leste, em julho de 2014.

A entrada de Malabo na CPLP poderá satisfazer interesses políticos e econômicos de alguns países no curto prazo, porém, futuramente, poderá trazer perda de credibilidade para a organização, visto que colocará seus princípios defendidos em fragilidade. Para a Guiné, trará inúmeros benefícios, desde a possibilidade de encobrir os atos não democráticos cometidos pelo Governo, melhorar a imagem do país no exterior e esconder nos países lusófonos as rendas advindas do petróleo (PASSWORD, 2014). Para Ana Lúcia Sá (PASSWORD, 2014), o regime não irá se modificar, pois a “adesão à CPLP não vai fazer com que este país respeite o primado da paz, da democracia, dos direitos humanos e da justiça social” (PASSWORD, 2014, p. 8)

Com muitas críticas a seu respeito, desde o esquecimento de questões culturais para valorizar as econômicas, como também a pouca realização de obras nos seus quase 20 anos de existência, o fato é que a CPLP vem se fortalecendo na arena internacional e propiciando para seus Estados Membros maiores condições de inserção e competitividade externa. Assim, a seguir será analisado como a organização esteve atrelada, ou não, ao projeto da Política Externa Brasileira e como ela está contribuindo para o desenvolvimento dos PALOP.

¹ Banco comercial privado português de “longa tradição e expertise no mercado financeiro doméstico e internacional que serve a Clientes institucionais, corporativos, governos e indivíduos de alto poder aquisitivo” (BANIF, 2011).

3 Instrumento de Política Externa Brasileira

Política externa pode ser entendida “como o conjunto de atividades políticas, mediante as quais cada Estado promove seus interesses perante os outros Estados” (WILHELMY, 1988 apud OLIVEIRA, 2005, p. 5). De forma mais ampla, política externa é

[...] como a área particular da ação política dos governos, abrangendo três dimensões analiticamente separáveis – político-diplomática, militar-estratégica e econômica – e que se projeta no âmbito externo ante a uma ampla gama de atores e instituições governamentais e não-governamentais, tanto no plano bilateral como no multilateral (RUSSEL apud OLIVEIRA, 2005, p. 5).

Promover seus interesses perante os outros Estados significa que o país visa defender seu interesse nacional. Paulo Roberto de Almeida (2009) considera esse conceito – interesse nacional – difícil de ser definido, pois é tão mais amplo quanto mais são as visões dos grupos que disputam o poder político. Contudo, o autor afirma que ele pode ser identificado com os objetivos nacionais permanentes. Almeida (2009, p. 235) os resume da seguinte maneira:

[...] defesa da independência nacional; soberania na tomada de decisões estratégicas; garantia de aprovisionamentos essenciais à economia nacional (entre eles energia, bens primários e segurança alimentar); preservação do território em face de intrusões estrangeiras; cooperação com os demais membros da comunidade internacional na manutenção de um ambiente de paz, da segurança e da estabilidade, com vistas ao desenvolvimento econômico e social; preservação dos direitos humanos e manutenção do sistema democrático no contexto regional e mundial.

Esse artigo foca nos dois principais governos após a criação da CPLP, em 1996: o de Fernando Henrique Cardoso (FHC; 1º de Janeiro de 1995 – 31 de Dezembro de 2002) e de Luiz Inácio Lula da Silva (1º de Janeiro de 2003 – 31 de Dezembro de 2010). Além desses tópicos, serão demonstrados alguns aspectos positivos para a Política Externa Brasileira independentemente do governo – dado que este é pautado em aspectos históricos de sua atuação –, privilegiando sempre a cooperação e buscando melhores formas de inserção internacional.

A relação do Brasil com a África, de um modo geral, passou por várias eta-

pas, e os motivos que levaram o país a se voltar ou não para o continente foram variados. A política externa independente de Jânio Quadros e João Goulart surgiu, economicamente, como uma reação à queda do comércio exterior brasileiro, que tornou necessários novos parceiros comerciais, buscados no terceiro mundo, incluindo a África (LIGIÉRO, 2011).

Após o Golpe de Estado, o governo militar se voltou para os parceiros tradicionais, principalmente os Estados Unidos, seguindo uma lógica econômica liberal e pró-americana, “buscando obter vantagens dos Estados Unidos da América a partir de um alinhamento automático com a grande potência” (LIGIÉRO, 2011, p. 137). Somente com o governo de Ernesto Geisel e o pragmatismo responsável ecumênico², é que o Brasil foi se voltar novamente para o continente africano – apesar dos contornos dessa política já virem sendo desenhados pelos seus antecessores –, agora motivado pelas Crises do Petróleo da década de 1970³ (LIGIÉRO, 2011).

Os governos seguintes, estruturados pelo pensamento neoliberal e do Consenso de Washington⁴, colocaram o Terceiro Mundo em segundo plano (CERVO, 2000). Então, posteriormente com a administração Lula, e sua política de cooperação Sul-Sul, a África voltou a ter relativo peso nas questões de Política Externa Brasileira (VISENTINI, 2012).

“O surgimento da CPLP coincide com um grande ciclo de retraimento das relações comerciais, diplomáticas e estratégicas com os países africanos” (DA ROSA, 2006, p. 4), que se deu durante o governo de FHC. Este foi considerado como um período de retomada do liberalismo, pois suas políticas demonstraram uma aceitação implícita do Consenso de Washington e de suas principais premis-

² O pragmatismo responsável ecumênico representou uma nova estratégia de inserção internacional do Brasil, sendo assim o país abandonava a lealdade com aliados tradicionais e os vínculos ideológicos, visando se adaptar às mudanças internacionais. A Política Externa desse período caracterizou uma intensificação do multilateralismo, do regionalismo e das ações bilaterais (LIGIÉRO, 2011, p. 193).

³ Foram duas as Crises. A primeira, em 1973, foi um boicote realizado pelos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) aos países que apoiaram Israel na Guerra do *Yom Kippur*. Em 1979, ocorreu a segunda crise, derivada da Revolução Islâmica liderada pelo aiatolá Khomeini no Irã, o que paralisou a produção petrolífera desse país.

⁴ Denominação que se dá às conclusões da reunião que aconteceu em Novembro de 1989 sob o título *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?* Seu valor está em reunir elementos de característica neoliberal que antes estavam dispersos (BATISTA, 1994). Não se tratou, no Consenso de Washington, de formulações novas mas simplesmente de registrar, com aprovação, o grau de efetivação das políticas já recomendadas, em diferentes momentos, por diferentes agências (BATISTA, 1994, p. 6).

sas – isso quer dizer que o Brasil se voltou para os países desenvolvidos. A estratégia de inserção do Brasil no sistema internacional foi através da autonomia pela integração, julgando uma “autonomia completamente autônoma” não possível (VIGEVANI *et al.*, 2003). Assim, as relações externas seriam universais, sem alinhamentos ou opções excludentes, o que garantiria a autonomia, desde que fosse pela integração (LAMPREIA, 1998; VIGEVANI *et al.*, 2003).

Como a criação da CPLP se deu em um momento que o Brasil não priorizava as relações com os países em desenvolvimento, um fator da Política Externa de FHC, a integração como fator importante para a inserção brasileira no sistema internacional pode ser um dos motivos que explique sua constituição. Além disso, a perspectiva brasileira, baseada na teoria da interdependência, considerava que cada país deixava de ser medido pelas suas capacidades militares ou estratégicas, e passava a ser caracterizado mais por questões econômicas, comerciais e culturais (VIGEVANI *et al.*, 2003). Desse modo, a integração com os países lusófonos se mostrou viável por ser motivada por laços históricos e, principalmente, culturais.

Já durante o governo Lula, a cooperação Sul-Sul foi o grande motor da Política Externa Brasileira (VISENTINI, 2012), dado o desgaste do modelo neoliberal e das propostas do Consenso de Washington, que não traziam mais resultados satisfatórios. Com esse novo tipo de cooperação em proeminência e com a busca por novos parceiros, os países africanos ganharam destaque, com ênfase nos PALOP. A cooperação Sul-Sul basicamente traz a ideia que a “cooperação internacional não deve ser medida apenas sob o aspecto econômico de seus valores monetários quantificáveis: os aspectos políticos e estratégicos seriam, talvez, os mais decisivos” (COELIN, 2008, p. 30). Essa questão se aproxima de uma característica da gestão de Lula: a vontade de contribuir para o desenvolvimento internacional, visando a reduzir os desequilíbrios do sistema mundial, principalmente através da cooperação (VISENTINI, 2012).

Sobre os outros aspectos da Política Externa Brasileira desse período, Lula realizou uma diplomacia presidencial explícita (ALMEIDA, 2004) e, para isso, contou com seu estilo diferenciado para obter sucesso: falava português, era bom orador e carismático. Buscou ocupar espaços em todas as regiões do globo, com uma visão muito pragmática. A política externa de Lula foi chamada de ativa e

altiva (ALMEIDA, 2004), muito característica de seu jeito singular e do momento pelo qual o Sistema Internacional passava – incertezas, espaços de manobras e grandes possibilidades. Buscou aprofundar os laços com várias regiões do mundo como o Oriente Médio, África e Ásia, o que expandiu consideravelmente os parceiros comerciais brasileiros (VISENTINI, 2012). Cooperação não só comercial, como técnica, muito presente na figura da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da Embrapa, e social, expressa no combate à fome como elemento simbólico para criação de um modelo socioeconômico alternativo (VISENTINI, 2012).

Desse modo,

a inserção do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa dá-se justamente sob o duplo signo da avaliação político-estratégica do interesse nacional e do sentimento de solidariedade que nos aproxima de países e povos com os quais compartilhamos elementos históricos e culturais, bem como projetos comuns de desenvolvimento e paz. Assim, a CPLP constitui-se em marco orientador de prioridades para a atuação brasileira na cooperação Sul-Sul, como reflexo de uma opção de política externa e resposta natural ao imperativo de potencializar os esforços de cooperação internacional do país (COELIN, 2008, p. 31).

Dentro da CPLP, a cooperação técnica é o que vem ganhando mais destaque, e grande parte das atividades da Agência Brasileira de Cooperação estão voltadas para projetos nos PALOP (ABC, 2005). A forma de atuação do Brasil não se dá transferindo recursos líquidos de capitais ou doando equipamentos: suas atividades de cooperação estão voltadas para a transferência de conhecimento e experiências. Entre as áreas nas quais o Brasil possui conhecimentos relevantes estão: educação, saúde, agricultura, administração pública, apoio às micro e pequenas empresas e meio ambiente. Também participam do processo empresas com reconhecimento nessas áreas, como a FIOCRUZ, a EMBRAPA, o SENAI, o SEBRAE, a ENAP (ABC, 2005). “A cooperação, na acepção mais ampla do termo, é a própria razão de ser da Comunidade, e continuará a representar sua perspectiva maior de consolidação e fortalecimento” (COELIN, 2008, p. 34). É interessante notar que as relações entre os países que compõem a CPLP ainda continuam ocorrendo de maneira bilateral, não somente no âmbito da organização. Porém, muitas dessas iniciativas só existem devido a aproximação realizada

pelo organismo, já que novos espaços foram abertos para o diálogo e cooperação.

O estudo de Irene Gala (2014) relaciona os pilares de atuação da CPLP – são eles: a concertação político-diplomática, a cooperação e a promoção e difusão da língua portuguesa – com os interesses do Brasil e suas oportunidades para a consecução do interesse nacional. Sobre o primeiro pilar, o político-diplomático, está o desejo brasileiro de possuir maior presença nos foros responsáveis por discutir a nova arquitetura global. Assim, o governo brasileiro deveria executar uma diplomacia que se orientasse por vários vetores e, para Irene Gala (2014), sem dúvida, um desses vetores é a CPLP. Os PALOP oferecem ao Brasil a possibilidade de se projetar sobre diversas regiões da África, já que esses países fazem parte de diferentes organizações econômicas regionais. A aproximação brasileira com essas regiões acaba por gerar um ambiente mais acolhedor à presença do Brasil e de brasileiros, além do maior diálogo ter garantido votos para o país nos cargos que se candidata no âmbito da ONU.

O segundo pilar, para Gala (2014), além de ser um meio para a inserção mais vantajosa do Brasil, também tem bases no interesse brasileiro de prestar cooperação aos países em desenvolvimento, característica da atuação internacional brasileira. Como dito, ela se dá através da transferência de conhecimento, e os PALOP são seus principais receptores. O Brasil deixa de ser apenas receptor de cooperação internacional e passa a exportá-la, o que contribui para a ampliação da experiência dos agentes nacionais e para a internacionalização das instituições brasileiras.

O último pilar, da promoção e difusão da língua portuguesa, “remete à mais recente introdução da questão da língua portuguesa como instrumento de Política Externa Brasileira, bem como ao reconhecimento da língua como patrimônio nacional e produto de exportação” (GALA, 2014, p. 24). Desde a criação da CPLP, a língua portuguesa passou a ser outro vetor da Política Externa Brasileira, devido ao reconhecimento de órgãos brasileiros de definir uma política de difusão internacional do idioma. Depois que a CPLP foi criada, o português se tornou língua de trabalho na Organização Mundial de Propriedade Intelectual e na Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). “Enfim, a língua portuguesa passa a ser um produto de exportação que deve

acompanhar a expansão da presença política, empresarial e econômica brasileira” (GALA, 2014, p. 25).

Como visto, a CPLP fez parte dos projetos de Política Externa Brasileira de FHC e de Lula. No governo do primeiro, foi visto como mais um meio de integração brasileira, um novo meio de o Brasil se inserir no sistema internacional, seguindo a lógica do governo de autonomia pela integração. O fator cultural também foi importante para a consolidação da organização, já que o governo FHC visou não só os fatores econômicos ou militares para a escolha de seus parceiros. Já Lula trouxe várias mudanças no modo como a política externa vinha sendo exercida, pois começou a dar maior importância para os parceiros considerados não tradicionais e buscou abrir espaços para a atuação brasileira em vários locais do globo. Um desses locais foi a África, principalmente os PALOP. É claro que os motivos não foram puramente econômicos: eles estiveram ligados a questões políticas, até mesmo de políticas internas, como também fatores culturais e históricos⁵ (VISENTINI, 2012). Nesse sentido, a CPLP contribuiu para a expansão da influência brasileira em território africano, abrindo espaço para a entrada de empresas brasileiras e gerando maior integração entre os países.

Essa integração pode ser vista no apoio mútuo entre os PALOP e o Brasil na tentativa de modificar as atuais estruturas de concertação global, como buscando a reforma do Conselho de Segurança (CS) da ONU e condições mais propícias de competição para os países produtores de commodities, principalmente na Organização Mundial do Comércio (OMC). Exemplos recentes são a eleição do brasileiro Roberto Azevêdo para o cargo de Diretor-geral da OMC e a eleição de Angola para membro não permanente do CS. Ademais, não se pode esquecer que essas novas parcerias também contribuem para o aumento das exportações brasileiras. Os votos em Organizações Internacionais, o aumento da presença política, das exportações e, conseqüentemente, do peso do Brasil no sistema internacional são fatores muito positivos para a Política Externa Brasileira de uma maneira geral, ou seja, não deveriam ser modificados de acordo com o governo,

⁵ “O projeto interno do governo Lula também tem um significativo impacto internacional na medida em que suas propostas sociais vão ao encontro da agenda que busca corrigir as distorções criadas pela globalização centrada apenas em comércio e investimentos livres. [...] Medidas como a revalorização do mercado doméstico e da capacidade de poupança interna, de uma economia de produção e de combate aos fatores internos que debilitam uma ação internacional mais qualificada (como desigualdade social, desemprego, criminalidade, fraqueza e desordem administrativa e caos fiscal), são evidências da construção de tal projeto” (VISENTINI, 2012, p. 58).

ao menos que os resultados não fossem mais favoráveis.

Os números comerciais com os PALOP ainda são relativamente pequenos e, como dito por Miyamoto (2009, p. 40), “o retorno tanto econômico quanto estratégico é sensivelmente reduzido, e as expectativas são baixas – não se constituindo, portanto, nas verdadeiras forças motivadoras da atuação da Política Externa Brasileira junto à CPLP.” Porém, como ele mesmo ainda defende, os resultados se dão de maneira indireta. O potencial de crescimento econômico dos PALOP e de atuação política da CPLP é grande, e esse projeto não deveria ser abandonado agora, mas aprofundado, buscando resultados em um longo prazo – através da mudança da estrutura – e em médio prazo – através do maior poder de atuação no meio internacional. A fala de Miyamoto (2009) ainda vem a corroborar nossa tese de que a atuação brasileira dentro da CPLP se encaixa dentro dos modelos de política externa desses presidentes, e não motivado por questões econômicas, por exemplo.

4 Instrumento de desenvolvimento para os PALOP

A cooperação recebida pelos PALOP no âmbito da CPLP, somada a dos acordos bilaterais, contribui para o desenvolvimento destes Estados. Isso se dá porque os PALOP não condicionam seus comportamentos aos outros membros – Brasil e Portugal. Ao mostrarem seu apoio em decisões globais, permitirem a entrada de multinacionais em seus territórios e assinarem acordos de preferência comerciais, esperam receber de volta o apoio para se capacitarem. Assim, trata-se de uma relação de desenvolvimento econômico, buscando a melhora dos indicadores sociais e não apenas aumento dos índices financeiros.

Nesse tópico serão analisadas algumas realizações brasileiras em cada PALOP, principalmente no âmbito da CPLP, e como isso pôde contribuir para o desenvolvimento destes países. A ABC define que a cooperação brasileira visa a “promover o estreitamento dos laços políticos, econômicos e culturais, seja no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, seja no contexto das relações bilaterais (cooperação horizontal)” (ABC, 2005, p. 1), atuando como o principal instrumento de Política Externa Brasileira junto a essa comunidade.

Em maio de 2005, o Brasil assinou com a Angola um Protocolo de Inten-

ções sobre Cooperação Técnica na Área de Administração Pública, com o objetivo de formar e capacitar os servidores angolanos nas áreas de gestão e finanças públicas. Na área da agricultura foram desenvolvidos dois importantes projetos com o objetivo de contribuir para a inovação das atividades rurais, para o desenvolvimento sustentável e também para a capacitação de recursos humanos. Quanto ao meio-ambiente, cita-se o projeto de fortalecimento da educação ambiental, que visava capacitar técnicos angolanos para que pudessem atuar como agentes multiplicadores sobre a questão de educação ambiental, “contribuindo desse modo para a melhoria da qualidade de vida, equidade social e conservação ambiental” (ABC, 2005, p. 6).

Outro importante projeto brasileiro em Angola é o de inserção social pela prática esportiva, que, além de transferir a metodologia do desenvolvimento da prática esportiva no ambiente escolar, também contava com a instalação de uma fábrica de material esportivo em uma penitenciária angolana, integrando os reclusos no processo de produção do país. O governo de Luanda também implementou um projeto chamado “Merenda Escolar” baseado no programa Fome Zero da administração Lula. Ademais, na área de formação profissional, há o Centro de Formação Profissional Brasil-Angola, que tem capacidade para formar até 1500 profissionais por ano (ABC, 2005).

Em Moçambique, o governo brasileiro propôs, em 2002, a metodologia do programa Bolsa Escola – desenvolvido com sucesso no Brasil – para reverter os altos índices de analfabetismo e evasão escolar. O combate a AIDS é tema prioritário de cooperação técnica, na área da saúde, entre o Brasil e Moçambique: o Brasil doou medicamentos e capacitou médicos. Em 2005, foi realizado um estudo para ver a viabilidade da instalação de uma fábrica de medicamentos antirretrovirais em Moçambique, a fim de “analisar a possibilidade de produção de medicamentos destinados ao tratamento de DST/AIDS e outras doenças epidêmicas, com vistas ao fortalecimento da indústria farmacêutica moçambicana” (ABC, 2005, p. 8). Assim como em Angola, há a transferência de metodologia para o desenvolvimento de esportes no ambiente escolar e a instalação de uma fábrica de bolas no Centro Juvenil de Artesanato Mozart. Do ponto de vista econômico e comercial há o “Projeto de Carvão de Moatize”, da Vale, que pode se transformar na base

do desenvolvimento econômico do país (DA ROSA, 2006).

A formação profissional é considerada como uma atividade estratégica pelo governo de Cabo Verde, que busca inserir mais jovens e adultos no mercado formal e propiciar a elevação da renda e da qualidade de vida de seus trabalhadores. Nesse sentido, em 2004, o governo brasileiro assumiu o compromisso de construir um centro de formação profissional em Praia. Relacionado à educação, houve o projeto de alfabetização solidária, visando a capacitar os professores. Ainda nessa área existiu outra iniciativa brasileira de apoiar a fundação da Universidade de Cabo Verde, criada em 2006. Em 2004, foi assinado o Protocolo de Intenções para prestação de cooperação técnica a Cabo Verde no domínio das tecnologias de informação e comunicação. Este projeto contou com instalações técnicas, prestação de serviços de inclusão digital e doação de computadores brasileiros para a criação de um tele centro. O meio ambiente, por sua vez, é uma área bem sensível para Cabo Verde, já que sofre da escassez hídrica. Assim, os projetos brasileiros nessa área visam à transferência de tecnologia de dessalinização de poços com a participação da comunidade local (ABC, 2005).

Em São Tomé e Príncipe, a educação passava por uma situação difícil: havia carência de salas de aula e os professores eram insuficientes e mal treinados, além da falta de materiais escolares (ABC, 2005, p. 9). Assim, o Brasil atuou em conjunto com a Organização Não Governamental (ONG) Alfabetização Solidária, em 2002, para auxiliar o governo de São Tomé em ações emergenciais de alfabetização de adultos. Outro projeto é a Bolsa-Escola, com o objetivo de aumentar a taxa de escolarização das crianças santomenses. No campo da agricultura foi implementado um projeto visando dar suporte ao seu desenvolvimento sustentável, melhorar a segurança alimentar, reduzir os índices de desnutrição e aumentar a renda dos agricultores (ABC, 2005). Um dos principais problemas da saúde pública do país é a AIDS, mas, através do programa de cooperação internacional em HIV/AIDS, levado ao país pelo Brasil, anseia-se

a capacitação de recursos humanos em manejo clínico, a doação de medicamentos antirretrovirais e a logística para sua distribuição. Propõe, ainda, apoiar o fortalecimento de organizações da sociedade civil no sentido de uma participação mais ativa no combate à epidemia (ABC, 2005, p. 9).

Devido à difícil situação pela qual a Guiné-Bissau vem atravessando há algum tempo – instabilidade governamental devido a sucessivos Golpes de Estado –, o país recebe diversos programas de apoio. Exemplos são os projetos de cooperação técnica para a produção de arroz, formação de inspetores e delegados e o aparelhamento da Faculdade de Direito de Bissau. O Brasil contribuiu criando o projeto do centro de formação e promoção social, em Bissau, que além do centro contava com programas de qualificação profissional para jovens e adultos. Entre 2002 e 2003, vigorou o projeto de cultivo de arroz irrigado, para aprimorar os métodos de cultivo e aumentar a produtividade. Também houve a formação de técnicos guineenses nessa área no Brasil para que atuassem como agentes multiplicadores do conhecimento ao voltarem para a Guiné-Bissau (ABC, 2005). No âmbito da saúde, a iniciativa também está voltada para o combate da AIDS:

O projeto visa a fortalecer a capacidade de resposta nacional do programa de Guiné-Bissau ante a grave epidemia de HIV/Aids que assola o continente africano, particularmente por meio do tratamento universal com terapia antirretroviral de primeira linha e a prevenção da transmissão materno-infantil (ABC, 2005, p. 7).

Além disso, existem projetos que se relacionam com os PALOP como um todo. Um exemplo é a cooperação técnica em telecomunicações. O projeto tem como fim apoiar os organismos governamentais de telecomunicações dos PALOP através da melhoria de suas estruturas regulatórias e da troca de experiências sobre a privatização do setor, de modo a torná-lo mais competitivo. Foram realizados estudos para identificar as carências e prioridades de cada país, e o Brasil contribuiu com o montante necessário para continuar o projeto. Outro exemplo é o combate a malária, concretizado através do I Encontro de Especialistas da CPLP sobre Malária, o qual definiu as linhas de ação para o combate dessa endemia e as recomendações sobre o encaminhamento que a comunidade pode dar ao assunto (ABC, 2005).

Os últimos parágrafos mostraram que a maioria dos projetos financiados, incentivados e influenciados pelo Brasil visam ao desenvolvimento dos PALOP. A maioria deles pretende capacitar a mão de obra local através da criação de centros de desenvolvimento. A estratégia se baseia em forjar as bases para que estes Estados possam continuar seu desenvolvimento de maneira autônoma e sem implicar

na presença perpétua do Brasil em seus territórios. Pode-se dizer que a cooperação é recebida com bons olhos devido, também, ao passado comum de ex-colônias compartilhado entre os países.

Com todos os exemplos mostrados, não se pode negar que a CPLP deu resultados. Porém, como a maioria deles se trata de processos de capacitação, seus efeitos não são vistos no curto prazo. A crítica que pode ser feita é se esses projetos são benéficos aos interesses brasileiros. Se eles conseguirem fazer com que os PALOP se desenvolvam, contribuirão para o fortalecimento da CPLP e, por conseguinte, estarão sendo vantajosos para o interesse brasileiro de maneira indireta em longo prazo.

5 Considerações Finais

O presente artigo mostrou como a CPLP foi criada, como ela contribuiu com os projetos de Política Externa Brasileira e como as iniciativas brasileiras de cooperação podem gerar benefícios para os PALOP. Porém, com esse estudo também se pode ver que a cooperação não é desinteressada. Ela se trata, por um lado, de um dos meios para alcançar os interesses brasileiros e, por outro, trazer benefícios para os PALOP, o que de certa maneira explica por que esses Estados propiciam boas condições de comércio e de inserção em seus territórios para empresas brasileiras. Contudo, entende-se que a presença do Brasil traz consideravelmente mais benefícios do que malefícios. Isso se dá devido ao modelo de cooperação prestada pelo país, que entende ser melhor capacitar os cidadãos locais e dar condições de continuarem seu desenvolvimento de maneira autônoma, ao invés de perpetua sua presença nesses locais indefinidamente.

Ao fim da análise, pode-se perceber que a CPLP é sim um instrumento de Política Externa Brasileira que esteve fortemente ligado aos projetos de inserção internacional tanto de FHC quanto de Lula. Também se torna evidente que a organização vem contribuindo para o desenvolvimento dos PALOP ao criar centros de formação profissional, trabalhar em projetos de alfabetização, de modernização da agricultura e de prestação de serviços na área de saúde. Além disso, a Comunidade também vem avançando no que diz respeito à cooperação securitária, como pode ser visto no Exercício Felino, cujo objetivo é a preparação de uma “Força de

Tarefa Conjunta e Combinada (FTCC), no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, para atingir, manter e otimizar a capacidade de intervenção em missões de Apoio à Paz e Ajuda Humanitária” (EMGFA, 2009, *online*).

Mesmo que seja apontada a escassez de projetos da CPLP em quase vinte anos de existência, pode-se ver que muitos foram realizados, por mais que tenham sido relativamente pequenos ou localizados. Porém, não se pode esquecer que os PALOP são Estados recentes e muito ainda devem percorrer para se desenvolver. Nesse momento, se o Brasil anseia ser influente nas decisões globais, deve continuar atuando por todos os vetores que tiver a possibilidade, e os PALOP não devem ser abandonados, pois muita ajuda ainda pode ser prestada para a sua evolução. Nesse sentido, a CPLP ainda tem muito a contribuir para todos os seus Estados-membros.

The CPLP as an instrument for Brazil's foreign policy and development for the PALOP

ABSTRACT: This article seeks to analyze how the Community of Portuguese Language Countries (CPLP) can fit as a Brazilian foreign policy instrument and if the Brazilian initiatives undertaken within the organization can contribute to the development of Portuguese-speaking African countries (PALOP). The present work aims to achieve these general questions through some specific goals, such as understanding what the CPLP is, analyzing how it fits on the governance models of Fernando Henrique Cardoso and Luiz Inácio Lula da Silva and, finally, analyzing how the initiatives taken by this community contribute to the development of PALOP.

KEYWORDS: CPLP. PALOP. Brazilian Foreign Policy. Lula. FHC.

Referências

ABC. *A Cooperação com os Países de Língua Portuguesa*. Publicação da Agência Brasileira de Cooperação, Outubro 2005. Ministério das Relações Exteriores, Brasília. Disponível em: <<http://www.abc.gov>>

br/intranet/sistemas_abc/siteabc/documentos/via-abc1.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2014.

ALMEIDA, Paulo R. de. Bases conceituais de uma política externa nacional. In: MARTINS, Estevão C. de Rezende; SARAIVA, Miriam G. *Brasil - União Europeia - América do Sul: Anos 2010-2020*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009. p. 228-243.

_____. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. *Revista Brasileira de Política Internacional*. vol.47 Nº.1 Brasília Jan./Jun 2004.

BANIF, Banco. *Quem somos*. 2011. Disponível em: <http://www.bancobanif.com.br/exec_bc/BCRedir?navegmapa=quem_somos>. Acesso em 12 nov. 2014.

BATISTA, Paulo Nogueira. *Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. 1994. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossier/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2016.

CAMINO, Maria Ester Mena Barreto. *A Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) na região da Ásia-Pacífico*. Consultoria Legislativa. 2013, Câmara dos Deputados, Brasília.

CERVO, Amado Luiz. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, ano 43, n. 2, p.5-27, 2000.

COELIN, Saulo Arantes. *O Brasil na CPLP*. Uma modalidade de cooperação Sul-Sul. Ministério das relações exteriores. 2008. Disponível em: <<http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/CPLP-Port-4.pdf>>. Acesso em 13 nov. 2014.

CPLP. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Disponível em: <<http://www.cplp.org/>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. *Assembleia Parlamentar*. 2016a. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-3570.aspx>>. Acesso em: 28 jan 2016.

_____. *Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa, 2007. Disponível em: <<http://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/>>

Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2014.

_____. Reunião dos Pontos Focais de Cooperação. 2016b. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-3864.aspx>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

_____. *Reuniões Ministeriais Sectoriais*. 2016c. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-3822.aspx>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

DA MOTA, Mariana Villares Pires Cerqueira. *Brasil, Portugal e a CPLP: Possíveis estratégias internacionais no século XXI*. 2009. 174 f. Tese (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo.

DA ROSA, Hélder Lukeny Bravo. Importância do Brasil na CPLP. *Revista Intellector*, Ano II, Volume III, Nº 5. Julho/Dezembro 2006, Rio de Janeiro.

EMGFA. Estado-Maior-General das Forças Armadas. *Exercício Felino*. 2009. Disponível em: <<http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/exerc/felino>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

GALA, Irene. 2014. *Os Pilares de atuação da CPLP e os interesses do Brasil*. Ministério das relações exteriores. Disponível em: <<http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/CPLP-Port-3.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

IMPERIAL, Jovelina Alfredo António. *A CPLP e a cooperação para o desenvolvimento: em que medida a CPLP pode contribuir para o desenvolvimento dos Estados membros*. Um exemplo: Angola. 2006. 87 f. Tese (Mestrado em desenvolvimento e cooperação internacional) - Universidade Técnica de Lisboa, Portugal.

LAMPREIA, Luiz Felipe. A Política Externa do governo FHC: continuidade e renovação. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, ano 41, n. 2, pp. 5-17, 1998.

LIGIÉRO, Luiz Fernando. *A Autonomia na Política Externa Brasileira: a política externa independente e o pragmatismo responsável: momentos diferentes, políticas semelhantes?* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP). *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 52, núm. 2, 2009, pp. 22-42. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Brasília, Brasil.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Sarai-va, 2005.

PASSWORD, Newsletter. *Entrada da Guiné Equatorial na CPLP, entre o apoio e a reprovação*. 2014. Disponível em: <<http://cei.iscte-iul.pt/wp-content/uploads/2014/04/Password-Confidential-Newsletter.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

VIGEVANI, Tulio; DE OLIVEIRA, Marcelo; CINTRA, Rodrigo. *Política externa no período FHC: a busca da autonomia pela integração*. Tempo Social, USP. Novembro 2003: São Paulo.

VISENTINI, Paulo Fagundes. O Brasil de Lula: uma diplomacia global e afirmativa (2003-2010). *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v.1, n.1, Jan-Jun 2012.

XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. *Resolução sobre o Regulamento dos Observadores Consultivos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Cidade da Praia, 20 de Julho de 2009.